

## Junto com a data, o País conhece hoje um esboço do que vai ser a futura Constituição.

A Assembléia Nacional Constituinte completa hoje, os seus cem dias de funcionamento. Logo mais à tarde o País começará a tomar conhecimento dos primeiros esboços do que vai ser a sua próxima constituição, com a divulgação dos pareceres dos 24 relatores das subcomissões temáticas, abrangendo todos os capítulos da atual Constituição.

Esses primeiros pareceres darão apenas uma pálida idéia do que virá a ser a nova Constituição, porque esse esboço primeiro será alterado pelas emendas que de hoje até sexta-feira deverão ser apresentadas aos 24 pareceres e até o dia 25 (mais duas semanas) os mesmos relatores apresentarão um segundo parecer que, discutido e votado, vai como contribuição para os relatores gerais das comissões constitucionais temáticas.

A seguir, um resumo dos principais pareceres dos relatores das subcomissões:

**Direitos coletivos** — A redução de 18 para 16 anos do direito de voto, que continuará obrigatório, é uma das principais inovações já aprovadas pelo deputado Lysaneas Maciel (PDT-RJ), relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. Outro dispositivo que ele pretende incluir em seu relatório é a revogação do mandato do parlamentar que perder a confiança da população.

**Direitos individuais** — Se depender do deputado Darcy Pozza (PDS-RS), relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, o Brasil continuará sem a pena de morte e a prisão perpétua, a nova carta terá um artigo especificando que não haverá discriminação por orientação sexual, pedido do movimento gay "Triângulo Rosa", e o aborto diretamente provocado permanecerá sendo um crime.

**Ordem econômica** — No capítulo da ordem econômica a grande disputa será entre estatização e privatização da economia nacional ou a luta entre a liberdade de iniciativa e o domínio do Estado sobre as atividades econômicas. Pela análise do perfil dos relatores das principais subcomissões que tratam da área econômica, sairia vencedora a corrente que prevê o Estado como agente econômico e não mais agindo apenas suplementar e complementarmente à iniciativa privada; seriam criadas enormes dificuldades às empresas estrangeiras; cresceria o número de monopólios e as possibilidades de adoção de reservas de mercado para as mais diferentes áreas, além da informática; seriam limitadas as taxas de juros, democratizando o capital das empresas, seria assegurada a participação nos lucros e a co-gestão.

**Trabalho** — Cerca de 400 das 520 propostas recebidas até sexta-feira pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos prendem-se aos mesmos assuntos: estabilidade no emprego, fixação do salário mínimo, liberdade sindical, redução do tempo e melhores vencimentos na aposentadoria, proibição de locação de mão-de-obra, redução da jornada de trabalho e obrigatoriedade de concurso para ingresso no serviço público.

**Judiciário** — O relator da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, na Assembléia Nacional Constituinte, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), vai refletir até o último momento sobre a criação da Corte Constitucional, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e que encontrou grande aceitação pelos constituintes, apesar das vozes contrárias do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence.

**Tributos** — Na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, concentram-se as mais técnicas das discussões e as mais radicais posturas de defesa de setores e regiões, particularmente a bancada do Norte/Nordeste, que reivindica maior participação nas receitas, e o grupo municipalista, que pretende privilegiar as prefeituras e engloba um grupo distinto dos que pretendem garantir recursos para as regiões metropolitanas. Há, ainda, os que defendem a vinculação da receita, em percentuais variáveis, para os mais di-

versos setores, como para a educação, saúde, agropecuária. Somadas todas as propostas de vinculação, estas chegariam hoje a pelo menos 150% da receita.

O relator da Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Propriedade do Subsolo e Atividade Econômica pretende abrir canais à participação mais efetiva da sociedade, por meio de organizações próprias, nas decisões econômicas do governo, assim como acentuar os dispositivos de repressão ao abuso do poder econômico. Consagrará em seu relatório a função social da propriedade, assim como deve dar maior flexibilidade ao Estado no exercício do poder de desapropriações, para reforma agrária ou interesse social.

**Sistema Financeiro** — O relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Fernando Gasparian, também compõe a esquerda do PMDB, assim como a maioria dos relatores das subcomissões, mas dificilmente conseguirá impor pontos de vista como o de limitação, na Constituição, das taxas de juros por inexecutável na prática, sob o risco de transformar a Carta Magna do País em uma versão do Código Penal.

**Fiscalização** — As propostas da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira vão desde orçamentos compartimentados para cada setor de atividade até o orçamento único, que detém a preferência quase unânime dos constituintes que participam da elaboração deste item da futura Constituição. O orçamento único, no entanto, já consta da atual Constituição; mas o espírito da lei nunca foi respeitado.

**Ciência e Tecnologia** Se depender apenas da relatora Cristina Tavares (PMDB-PE), o parecer da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações terá uma postura bastante nacionalista que priorize a indústria nacional como base do desenvolvimento do País. Isso porque a deputada já é bastante conhecida por

sua defesa intransigente da reserva de mercado para a informática.

**Poder Legislativo** — As principais prerrogativas do Poder Legislativo, perdidas gradativamente durante o período autoritário para o Poder Executivo, serão o principal enfoque que o deputado José Jorge (PFL-PE) dará no seu parecer à Subcomissão do Poder Legislativo.

Entre as principais prerrogativas está a possibilidade de o Congresso Nacional poder participar da elaboração do orçamento da União em todas as suas fases, inclusive com o poder de emendar a mensagem presidencial quando esta chegar ao Congresso Nacional.

**Defesa** — Os militares devem continuar cuidando da defesa interna do País, porém só poderão intervir depois de convocados pelo presidente da República e consultado o Congresso Nacional. O parecer dos parlamentares nesta matéria poderá ser dado em 24 horas ou em 72 horas se estiver em recesso (sendo para tal convocado excepcionalmente).

**Sistema de Governo** — A implantação de um regime parlamentarista misto, com eleições diretas para a Presidência da República e mandato de cinco anos, é a tendência predominante entre os membros da Subcomissão do Poder Executivo, concluída a fase de apresentação de sugestões e audiências públicas, nas quais essa tendência foi aos poucos se consolidando pelas opiniões dos expoentes. Todos os especialistas convidados do ex-ministro Marco Maciel ao jurista Miguel Reale Jr., defenderam a implantação de um sistema misto de governo, como o mais indicado para garantir a estabilidade das instituições.

**Saúde** — Participação do setor privado no novo sistema nacional de saúde unificado e descentralizado deverá ser um dos pontos mais polêmicos para o relator da Subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Ecolo-

gia e Meio Ambiente da Constituinte, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG). *11.05.1977*